

Prudente de Moraes, neto

Ata da sexagésima reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e vinte e três, no recinto da sala de Reuniões do Departamento de Assuntos Culturais, junto pavimento do Palácio da Cultura, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do arquiteto Renato Socors, Diretor em exercício do mesmo Instituto e com a presença dos Senhores Conselheiros Paulo, Ferrucio Santos, Prudente de Moraes Neto, Afonso Espino de Melo Franco, Gilberto Ferrer, Pedro Calmon, Lourenço Luis Lacombe, Darley Oliveira de Albuquerque, Maria Eliza Carrazzani, Francisco Francisco Marques dos Santos e Americo Jacobine Lacombe, tendo faltado por motivo justificado os Conselheiros José Otávio Correa Lima, Gracilo Guimarães e Alfredo Gobro. Dispensada, por unanimidade, a leitura da ata anterior, passou-se à ordem do dia, que contou o seguinte: Solicitação do Diretor do Museu de Arte de São Paulo, endereçada ao Chefe do quarto Distrito do IPHAN e encaminhada a este Órgão, no sentido de ser concedida autorização para a saída do país de quarenta e cinco peças, relacionadas e documentadas no Processo nº dezesseis mil novecentos e nove - T - sessenta e oito, peças integrantes do acervo da mesma instituição, para serem expostas em diversas cidades do Japão durante o prazo de cinco meses, a contar de março corrente, incluindo nesse prazo a saída e o retorno das peças e, bem assim, telegrama no mesmo sentido do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. Submetido o assunto à votação, o Conselho Consultivo, - de acordo com o artigo quatorze do Decreto-Lei número vinte e cinco, de trinta e nove de mil novecentos e trinta e sete -, concedeu a autorização pleiteada, pelo

prazo citado, sob a condição de que os ministros da Relações Exteriores e o da Educação e Cultura tomassem a seu cargo as medidas indispensáveis para garantia, do retorno das peças, ao território Nacional e, ainda, o Museu de Arte de São Paulo adotasse providências cautelares da integridade dos mesmos, inclusive no tocante à embalagem, seguros, etc, processo número estocentas e sessenta e dois -

Tombamento do conjunto constituído dos seguintes elementos na Avenida Rio Branco: edifícios do Palácio Monroe, do antigo Supremo Tribunal Federal, da Biblioteca Nacional, da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, Museu Nacional de Belas Artes, do Teatro Municipal, do antigo Derby Clube, do Jockey Clube e do Clube Naval.

Antes de conceder a palavra ao Relator, Conselheiro Paulo Santos, o Presidente esclareceu ao plenário a razão pela qual substituiu o processo ao Relator, visando a dar exato cumprimento à deliberação tomada pelo Conselho, a esse do assunto, na sessão anterior, com a palavra, a seguir o Conselheiro Paulo Santos proferiu extenso voto, concluindo no sentido de que o Conselho recomendasse ao Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional: a notificação para o tombamento dos edifícios do Jockey Clube e o do Derby Clube; o tombamento direto dos edifícios do Museu Nacional de Belas Artes e o da Biblioteca Nacional; a notificação de altura, para não ser excedida a atual, do edifício do Clube Naval; sugestão ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Guanabara para o tombamento dos edifícios do Teatro Municipal, caso ainda não houvesse sido tombado, e o da Assembleia Legislativa; sugestão para oportuna demolição do edifício do Palácio Monroe; a sugestão de incorporação do prédio do antigo Supremo Tribunal Federal à Biblioteca Nacional. Com a palavra o Conselheiro Presidente de Moraes Neto, que votou apenas pelo

tombamento dos edifícios do Museu Nacional de Belas
 artes e do Teatro Municipal, de acordo com o parecer
 da Divisão de Estudos e Tombamento do Instituto
 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Logo após,
 pronunciou-se o Conselho Afonso Arinos, favora-
 velmente ao tombamento dos prédios públicos,
 integrantes do conjunto, com exceção da execução
 dos edifícios do antigo Supremo Tribunal Federal
 e o do Palácio do Monroe. Quanto a este último,
 porém, fosse oportunamente objeto de novo estudo
 por parte do IPHAN, a fim de decidir-se sobre
 a conveniência de seu tombamento. Preservou,
 ainda que votava pelo tombamento do edifício
 da Biblioteca Nacional, sem prejuízo das obras de
 ampliação que ali se fizessem necessárias, desde que
 o respectivo projeto fosse submetido à privia apro-
 vação do IPHAN. Finalmente, propôs fosse também
 objeto de tombamento o prédio da Caixa de Amorti-
 zação, sede atual do Museu de Valores do Banco
 Central, situado na esquina da avenida Rio Branco
 com a rua Visconde de Inhaúma. Acompanham
 o voto do Conselho Afonso Arinos os Conselheiros
 Pedro Calmon, Francisco Marques dos Santos, Daley
 Oliveira de Albuquerque, Americo Jacobina Lacombe e
 Gilberto Ferraz. O voto, porém, deste último
 Conselho, excluía do tombamento o prédio da
 Assembleia Legislativa do Estado. Seguiu-se o
 voto do Conselheiro Maria Eliza Carrazzoni, favorável
 ao voto do Conselho Paulo Santos. Após o pronuncia-
 mento de todos os Conselheiros, determinou o Presidente
 fosse feita a apuração dos votos, concluindo-se
 haver o Conselho, por maioria de votos, deliberado
 recomendar ao IPHAN o tombamento dos prédios
 do Museu Nacional de Belas Artes, Teatro Municipal,
 da Assembleia Legislativa, da Caixa de Amortização,
 e o da Biblioteca Nacional, sendo que em relação
 a este último (Biblioteca Nacional), o tombamento
 não importaria no impedimento de construção anexa

necessária aos serviços administrativos daquelle
 orgão, submetido o respectivo projeto ao licenciamento
 prévio do IPHAN. Finalmente, deliberou o Conselho,
 por proposta do Conselheiro Laurenceo Luis Lacombe,
 fosse consignado em ata um voto de pesar pela morte,
 ocorrida recentemente, do Sr. Luis Affonso d'Esmergnole,
 antigo e dedicado funcionario do Museu Imperial,
 de Petrópolis. Poderia mais havendo a tratar
 foi encerrada a sessão da que, para constar,
 lavrei a presente ata que vai por mim
 assinada, pelo Presidente e pelos Conselheiros
 presentes. Nelson José dos Santos, Secretario
 ad hoc. De 20 de 1963

Presidente de Moraes, neto
 Laurenceo Luis Lacombe
 Fernando Paul
 Luiz Augusto Marques
 Pedro Calmon

Paulo Ferreira
 Augusto Calmon
 Gilberto Ferraz

Françisco Marques dos Santos
 Americo Jacobina Sawwelf
 substituto

Ata da Sexagésima Primeira sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três, às quinze horas e trinta minutos, no recinto da Sala de Reuniões do Departamento de Assuntos Culturais, quinto andar do Palácio da Cultura, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Socio, com a presença dos Senhores Conselheiros Pedro Calmon, Paulo Ferreira Santos, Presidente de